



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 064/2019

**O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia**, reunido em Sessão Ordinária no dia 21 de maio de 2019, deliberou, à unanimidade, pela **Homologação do Pedido de Arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1. Procedimento Ministerial nº 035.0.51320/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
2. Procedimento Ministerial nº 035.9.36337/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
3. Procedimento Ministerial nº 003.0.14925/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
4. Inquérito Civil nº 003.0.226447/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
5. Inquérito Civil nº 598.0.122039/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
6. Inquérito Civil nº 608.0.208538/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié;
7. Inquérito Civil nº 167.0.128078/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
8. Procedimento Ministerial nº 003.0.59524/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
9. Procedimento Ministerial nº 003.0.25126/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
10. Inquérito Civil nº 003.0.226461/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa – GEPAM;
11. Inquérito Civil nº 677.0.142623/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
12. Inquérito Civil nº 308.0.163260/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
13. Inquérito Civil nº 249.0.180018/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;
14. Inquérito Civil nº 003.9.222837/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
15. Inquérito Civil nº 677.0.142623/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
16. Inquérito Civil nº 308.0.163260/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
17. Inquérito Civil nº 249.0.180018/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de



- Ribeira do Pombal;
18. Inquérito Civil nº 003.9.222837/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
  19. Inquérito Civil nº 003.0.2094/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  20. Procedimento Ministerial nº 933.9.111326/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
  21. Inquérito Civil nº 003.9.131903/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação - GEDUC;
  22. Procedimento Ministerial nº 003.0.14736/2011, da Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  23. Inquérito Civil nº 035.9.87923/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
  24. Inquérito Civil nº 674.0.50378/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  25. Procedimento Ministerial nº 003.1.14473/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  26. Inquérito Civil nº 003.0.119506/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  27. Procedimento Ministerial nº 003.9.3383/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  28. Inquérito Civil nº 646.0.78399/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
  29. Inquérito Civil nº 003.0.1281/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  30. Inquérito Civil nº 003.9.13087/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  31. Procedimento Ministerial nº 003.0.168267/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  32. Inquérito Civil nº 003.0.197459/2016, Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  33. Inquérito Civil nº 003.9.52345/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  34. Inquérito Civil nº 600.9.23527/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
  35. Inquérito Civil nº 035.0.84029/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
  36. Inquérito Civil nº 592.9.115459/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;



37. Inquérito Civil nº 003.9.268161/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
38. Inquérito Civil nº 708.0.120770/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
39. Inquérito Civil nº 003.1.55316/2004, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
40. Procedimento Ministerial nº 656.9.8423/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
41. Inquérito Civil nº 597.0.132785/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
42. Inquérito Civil nº 003.0.188104/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
43. Procedimento Ministerial nº 003.0.102623/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
44. Procedimento Ministerial nº 003.0.61586/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
45. Procedimento Ministerial nº 003.0.130410/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
46. Inquérito Civil nº 237.0.69317/2010, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
47. Inquérito Civil nº 003.9.201613/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
48. Procedimento Ministerial nº 003.9.10644/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
49. Procedimento Ministerial nº 003.0.111257/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
50. Inquérito Civil nº 596.0.88445/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
51. Inquérito Civil nº 691.0.162383/2007, da Promotoria de Justiça de Uauá;
52. Inquérito Civil nº 674.9.8282/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
53. Inquérito Civil nº 046.0.94432/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Coaraci;
54. Inquérito Civil nº 237.9.246898/2017, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
55. Inquérito Civil nº 691.9.225735/2017, da Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
56. Inquérito Civil nº 696.0.204133/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Candeias;
57. Inquérito Civil nº 035.0.114317/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
58. Inquérito Civil nº 592.9.92384/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de



- Senhor do Bonfim;
59. Procedimento Ministerial nº 592.9.110588/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
  60. Inquérito Civil nº 003.0.261985/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  61. Inquérito Civil nº 596.0.11147/2015, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  62. Procedimento Ministerial nº 003.9.33605/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
  63. Inquérito Civil nº 003.9.157601/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  64. Inquérito Civil nº 598.9.249182/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  65. Procedimento Ministerial nº 596.0.114228/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  66. Inquérito Civil nº 003.9.135691/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  67. Inquérito Civil nº 003.0.242133/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  68. Inquérito Civil nº 003.0.186433/2013, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
  69. Inquérito Civil nº 600.9.16011/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  70. Inquérito Civil nº 003.9.176975/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  71. Procedimento Ministerial nº 003.0.117521/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  72. Inquérito Civil nº 003.9.29781/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
  73. Inquérito Civil nº 003.9.158206/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  74. Inquérito Civil nº 001.9.22212/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  75. Procedimento Ministerial nº 003.0.54913/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  76. Inquérito Civil nº 003.9.267182/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  77. Inquérito Civil nº 116.0.55113/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Esplanada;
  78. Inquérito Civil nº 167.0.146131/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
  79. Inquérito Civil nº 003.9.126832/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  80. Inquérito Civil nº 003.9.126832/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do



- Consumidor;
81. Inquérito Civil nº 034.0.175347/2007, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
  82. Procedimento Ministerial nº 003.0.172316/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  83. Inquérito Civil nº 674.0.26954/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  84. Inquérito Civil nº 644.0.212651/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
  85. Procedimento Ministerial nº 003.0.116628/2009, do Grupo de Atuação Especial para o Controle da Atividade Policial – GACEP;
  86. Procedimento Ministerial nº 719.0.126598/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
  87. Procedimento Ministerial nº 003.0.100874/2012, do Grupo de Atuação Especial para o Controle da Atividade Policial – GACEP;
  88. Procedimento Ministerial nº 598.9.36225/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  89. Inquérito Civil nº 600.9.10248/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
  90. Inquérito Civil nº 698.0.209308/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Irecê;
  91. Procedimento Ministerial nº 003.0.64643/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
  92. Inquérito Civil nº 003.1.27438/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
  93. Inquérito Civil nº 003.0.89238/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
  94. Procedimento Ministerial nº 608.0.65491/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  95. Inquérito Civil nº 036.0.61425/2011, da Promotoria de Justiça de Caculé;
  96. Inquérito Civil nº 681.0.161036/2007, da Promotoria de Justiça de Uauá;
  97. Inquérito Civil nº 696.0.86816/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
  98. Procedimento Ministerial nº 702.9.148613/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
  99. Procedimento Ministerial nº 003.9.31843/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  100. Inquérito Civil nº 003.0.234856/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  101. Inquérito Civil nº 600.9.184881/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de



- Jesus;
102. Inquérito Civil nº 003.9.46081/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  103. Inquérito Civil nº 646.0.178494/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
  104. Inquérito Civil nº 003.9.93512/2017, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  105. Inquérito Civil nº 003.9.191414/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  106. Procedimento Ministerial nº 003.9.74016/2018, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  107. Procedimento Ministerial nº 646.0.89009/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
  108. Inquérito Civil nº 167.9.3551/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
  109. Inquérito Civil nº 167.9.71551/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
  110. Inquérito Civil nº 003.0.1060/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  111. Inquérito Civil nº 597.0.201469/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  112. Procedimento Ministerial nº 646.0.156219/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
  113. Procedimento Ministerial nº 003.0.174027/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
  114. Procedimento Ministerial nº 003.0.90884/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  115. Inquérito Civil nº 003.9.46034/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  116. Inquérito Civil nº 679.0.150591/2013, da Promotoria de Justiça de Queimadas;
  117. Procedimento Ministerial nº 003.0.136489/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  118. Procedimento Ministerial nº 003.0.167984/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  119. Inquérito Civil nº 708.9.74648/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  120. Inquérito Civil nº 644.0.233543/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória de Conquista;
  121. Inquérito Civil nº 597.0.243531/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;



122. Inquérito Civil nº 003.0.241492/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;
123. Inquérito Civil nº 696.0.96464/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
124. Inquérito Civil nº 003.9.270003/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
125. Procedimento Ministerial nº 003.0.141206/2011, apenso nº 003.0.216880/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
126. Inquérito Civil nº 003.0.35989/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
127. Inquérito Civil nº 003.9.149795/2018, Inquérito Civil nº 003.0.35989/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
128. Inquérito Civil nº 003.9.186461/2018, Inquérito Civil nº 003.0.35989/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
129. Inquérito Civil nº 003.0.116121/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
130. Procedimento Ministerial nº 003.9.45971/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
131. Procedimento Ministerial nº 003.0.193413/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
132. Inquérito Civil nº 001.9.213761/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
133. Inquérito Civil nº 001.9.69530/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
134. Inquérito Civil nº 590.0.123633/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
135. Inquérito Civil nº 003.9.44618/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
136. Inquérito Civil nº 712.9.95097/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
137. Inquérito Civil nº 003.0.211671/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
138. Inquérito Civil nº 003.0.169997/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
139. Inquérito Civil nº 001.9.24831/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
140. Procedimento Ministerial nº 598.0.131507/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
141. Inquérito Civil nº 003.0.72670/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



142. Inquérito Civil nº 069.0.145782/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
143. Inquérito Civil nº 600.9.209717/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
144. Inquérito Civil nº 600.9.27758/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
145. Inquérito Civil nº 003.9.2400/2019, da Promotoria de Justiça de Condeúba;
146. Inquérito Civil nº 644.0.232228/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista.
147. Inquérito Civil nº 003.0.255781/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
148. Procedimento Ministerial nº 592.0.76897/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
149. Procedimento Ministerial nº 003.0.40776/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
150. Inquérito Civil nº 598.0.199847/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
151. Inquérito Civil nº 003.0.196393/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro.

SALA DAS SESSÕES, 21 de maio de 2019.

**SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA**

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público; em exercício.

**ZUVAL GONÇALVES FERREIRA**

Corregedor-Geral do Ministério Público





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**Conselheiros:** Regina Maria da Silva Carrilho; Maria de Fátima Campos da Cunha, Aivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Márcia Regina dos Santos Virgens; Adriani Vasconcelos Pazelli e Ricardo Régis Dourado.//

24/05/2019 publicação DJE